

SER PROFESSOR: significado, perfil necessário, limites e desafios

Newton Cesar BALZAN¹

Raros são os profissionais que têm a possibilidade de proporcionar desenvolvimento efetivo às pessoas, tornando-as capazes de transformar a realidade. Entre eles, o professor tem lugar de destaque. Alguns outros profissionais podem ser citados: os políticos, os religiosos, os profissionais da comunicação e os artistas. Se eles fazem mal uso dessa possibilidade - como acontece, agora, no Brasil com os políticos -, ou se não se importam com ela, estarão falhando como pessoas e como profissionais.

Não se pode, sozinho, mudar o mundo, mas se pode ajudá-lo a mudar, ultrapassando a triste realidade que aí está: a extrema desigualdade social vigente no Brasil. Essa sociedade está doente, pois valoriza o “ter” em lugar do “ser” e pertence a um mundo cão, como atesta a realidade vigente em áreas pertencentes ao chamado 4º Mundo, como a África Sub-Sahariana, com sua população doente e faminta, ou a Faixa de Gaza com os palestinos massacrados.

Os professores podem proporcionar condições de crescimento às pessoas,

despertá-las para que assumam seus papéis enquanto cidadãos. Podem, também, trocar idéias, agir com grande liberdade em seu espaço na sala de aula e podem conhecer pessoas dos mais variados níveis socioeconômicos e culturais.

Em síntese, é possível a auto-realização, tanto pessoal como profissional, para o(a) professor(a) realizar-se mais, muito mais do que a maioria absoluta das profissões caracterizadas pela rotina dos serviços burocráticos ou pela competitividade exacerbada, como no caso dos executivos das grandes empresas, famosos por ganharem muito bem e, também, por viverem muito pouco.

Some-se a essa vantagem o fato de que, em um país com elevadas taxas de desemprego - 16,4% da População Economicamente Ativa - PEA em agosto último -, o trabalho está praticamente assegurado para os estudantes que, hoje, cursam as licenciaturas. Há muito a se construir em termos de educação escolarizada. Em uma população de aproximadamente 182 milhões de habitantes

¹ Newton Cesar Balzan é Professor Titular da PUC-Campinas e Professor Colaborador junto à UNICAMP. Realizou pesquisa na Universidade de Boston, EUA; lecionou junto à Rede Pública durante 22 anos e foi membro do Conselho Estadual de Educação (São Paulo).

há, hoje, 14.654.000 pessoas maiores de 15 anos de idade que são analfabetas, isto é, 11,2% do total; 2,5 milhões de crianças estão fora do ensino fundamental; somente 26% da população, entre 15 e 64 anos, é plenamente alfabetizada. Em outros termos, há 134.680.000 pessoas para serem plenamente alfabetizadas.

Acrescente-se a esses dados, o fato de a população idosa - 60 anos ou mais - estar aumentando de modo expressivo: de 1,6 milhão, isto é, 4% da população total do país, em 1940, passou a 15 milhões neste ano, ou seja, 9% do total. As previsões apontam para 12%, em 2020 (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA). Hoje, para cada 120 idosos correspondem 100 crianças - de zero a cinco anos. A expectativa de vida que era de 33,6 anos no início do século XX, passou a 41,5 anos, em 1940, a 51,6, em 1960, atingindo, hoje, o patamar de 71,7 anos. Embora isso signifique que o Brasil ocupa apenas a 82ª posição no globo em termos de expectativa de vida, o fato é que se trata de milhões de pessoas da terceira idade, muitas das quais desejam continuar aprendendo, desde a ler e escrever, até a entender o mundo, isto é, compreender os significados de fenômenos como a globalização, a devastação do meio ambiente, o genoma, a arte moderna. São milhões de pessoas que merecem saber que o país ainda conta com 42.570.000 pessoas consideradas pobres, isto é, com renda mensal abaixo de R\$ 121,00 por mês (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Fundação Getúlio Vargas - FGV).

Se por um lado, esses dados apontam para um futuro promissor - em termos de trabalho para professores - em um país em que o desemprego atinge taxas elevadas, por outro lado, é triste constatar que ensinar não se constitui como opção prioritária para a maioria absoluta dos estudantes quando se manifestam sobre suas expectativas a curto e a médio prazo.

Se por um lado a escola de antigamente também não era boa (BALZAN, 1998), por outro lado, o professor tinha uma identidade. Além de ser o portador do saber por excelência - não esquecer que não havia TV nem Internet - seus salários, se não os tornavam ricos, eram satisfatórios. Basta lembrar da frase que corria de boca em boca até o início dos anos cinquenta do século passado: "*Professora acaba se casando sempre com chupim*". Isso queria dizer que elas eram procuradas por futuros maridos que tinham os olhos voltados para os salários que recebiam.

A sociedade precisa, hoje, urgentemente, de professores-educadores. Professores que conheçam profundamente o conteúdo das disciplinas que pretendem ensinar. Esses professores devem dominar o conteúdo e situá-lo na história, isto é, saber como e o porquê surgiram numa determinada época e não em outra. Atribuir sentido aos conceitos que desenvolvem, de forma que seus alunos possam atribuir sentido àquilo que lhes é ensinado. E, principalmente, gostar do que faz, gostar de ensinar, de conviver com pessoas.

A sociedade precisa de professores, sim, mas que sejam capazes de relacionar o conteúdo de suas disciplinas com aquilo que os meios de comunicação oferecem no dia-a-dia. Capazes de ultrapassar os limites da própria disciplina e atingir a interdisciplinaridade, a multidisciplinaridade e, até mesmo, a transdisciplinaridade.

O(a) professor(a) necessário(a) para este século precisa ter um nível de cultura geral bastante alto. Não se trata de se tornar uma enciclopédia ambulante, mas de poder transitar de uma área para outra. Professores de matemática que saibam o que foi a arte renascentista, professores de história que não ignorem a importância da nanotecnologia para o mundo atual, docentes de artes que compreendam a intrincada rede de relações políticas, culturais e religiosas que hoje tem

lugar no Oriente Médio, professores de línguas e literatura que conheçam o processo de globalização que, atualmente, permeia todos os tipos de relações entre indivíduos, estados e nações. Não se pode ignorar esses assuntos uma vez que, de uma forma ou outra, os alunos já ouviram falar sobre eles. Professores e gestores de qualquer área ou disciplina que se questionem sobre o porquê de o Brasil situar-se, ainda, na faixa dos países de desenvolvimento médio, ocupando a lamentável 63ª posição entre 177 países em termos de desenvolvimento humano.

Sem essa cultura geral, o papel do professor será irrelevante. Ele será superado pela TV, pela mídia em geral, pela informática. Esses meios, ou veículos, sem dúvida, serão melhores do que os professores se eles se limitarem a dar as aulas da forma como eles as receberam: sem criticidade, sem que relações significativas fossem estabelecidas.

No entanto, se a sociedade e os governos são unânimes em afirmar sobre a necessidade e o valor da escola e do professor, ambos agem de maneira inversa ao que afirmam, para não dizer, de modo irresponsável e...hipócrita..

Se é verdade que salário não é tudo, é preciso que fique claro que, hoje, um professor de escola pública do Estado de São Paulo - o mais rico da nação - recebe o salário de R\$ 1.295,76 mensais por 30 horas de trabalho semanal no início de carreira e o valor de R\$ 1.535,35 no seu final. Isso significa apenas um pouco mais que a renda média da PEA da Região Metropolitana de São Paulo: R\$ 1.135,00. Significa receber R\$ 18,87, em média, por hora de trabalho, algo ridículo, se comparado com profissões para as quais não se exige curso superior. Significa ter de trabalhar 3,18 horas para pagar uma sessão de fisioterapia ou, aproximadamente, 7 horas para pagar uma sessão junto a um dentista, duas entre tantas outras profissões com 4 anos de graduação, isto é, o mesmo tempo para

formar um professor com licenciatura plena. Some-se a isso o fato de as horas de trabalho do professor não se limitarem aos períodos de sala de aula e às poucas horas-atividade. Como se ele não tivesse de preparar suas aulas, como se não tivesse centenas de trabalhos para corrigir, como se fosse possível exercer essa profissão sem a leitura diária de pelo menos um dos quatro grandes jornais do país, além do jornal do município em que leciona.

Daí os resultados desanimadores de uma pesquisa efetuada junto aos cursos de licenciatura de uma das universidades de porte médio para grande do Estado de São Paulo.

Constituem apenas uma pequena minoria os concluintes dos cursos de licenciatura que têm como projeto para os próximos 5 anos depois de formados, lecionar em escolas de níveis fundamental e médio. Essa opção, quando aparece, não é a prioritária:

- *"Pretendo cursar o mestrado e ingressar como docente em uma BOA universidade"* (Estudante de Matemática);

- *"Espero poder lecionar e, futuramente, seguir para a pós-graduação"* (Estudante de História);

- *"Pretendo fazer o mestrado. Caso não dê certo, pretendo dar aulas no Ensino Médio e me preparar para o mestrado no ano seguinte"* (Estudante de Ciências Biológicas).

Além dos baixos salários, deve-se ter presente o fato de a atuação do docente em início de carreira se dar predominantemente em escolas de periferia, de difícil acesso, áreas marcadas pela violência e insegurança, em classes com a maioria dos alunos defasados em termos de relação idade/série em que se encontram, trazendo para as salas de aulas problemas de ordem familiar, frustrações de toda sorte, enfim um

conjunto de condições para as quais o jovem universitário não está preparado para enfrentar.

O trabalho junto à rede particular, se por um lado pode proporcionar maiores salários ao docente, por outro lado pode significar, também, seu sentimento de perda de identidade ou, pior ainda, de dignidade diante dos novos tipos de contratos que têm na terceirização uma de suas características mais marcantes.

A terceirização do trabalho, além da precariedade dos contratos, cada vez mais comum no mercado de trabalho, gera uma situação de instabilidade em relação à manutenção ou não no emprego no ano seguinte. O profissional - professor, no caso -, poderá ter remuneração horária maior e mais flexibilidade, mas pagará suas próprias férias, seguro-saúde e fundo de pensão (DUPAS, 1997), enfraquecendo o vínculo com o empregador formal e, mais grave, levando à perda do sentimento de pertencer à uma determinada instituição.

De uma posição ingênua, comum até o final dos anos 1950, segundo a qual "a escola tudo pode" (...) "ela muda a realidade", passou-se do final dos anos sessenta do século passado até meados dos anos 1980, correspondendo à maior parte do governo militar, para a super-valorização da política como fator determinante para a educação. Tudo era político, a ponto de se acusar de alienado àquele que estivesse preocupado com a qualidade do ensino.

Com as sucessivas quedas salariais e os lamentáveis livros descartáveis, o professor foi perdendo sua identidade. Passou a ter vergonha de "apenas" ensinar.

Não se fazia mais - e não se faz ainda - relações entre o que estava acontecendo com a profissão e o que ocorria nos níveis político e socioeconômico. É como se não tivesse importância o fato de contar com 5.100.000 alunos nas escolas estaduais paulistas, um contingente maior que a população da Noruega, algo próximo à população da Dinamarca e maior do que vários países da América Latina, isto é, um número muito elevado de crianças e jovens que dependem da escola de boa qualidade, de professores de fato capacitados - cujo perfil foi esboçado anteriormente - para se tornarem cidadãos de primeira classe.

É necessário e urgente pensar a educação, a escola e os professores tendo como perspectiva um horizonte mais amplo que os estreitos limites das salas de aulas, para além das burocracias em níveis municipais, estaduais e nacionais. Os professores precisam acreditar que podem contribuir para mudar o mundo e que não há salário que pague por isso.

Referências bibliográficas

BALZAN, Newton Cesar. Do antigo primário à universidade, a escola de antigamente nunca foi de boa qualidade. **Revista Educação**, PUC-Campinas, Campinas, Ano II, n.4, p. 49-57, junho 1998.

DUPAS, Gilberto A informalização no mercado de trabalho. Globalização em debate. **Estudos Avançados**, 11 (29), USP, São Paulo, p. 375-376, 1997.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Fundação Getúlio Vargas - FGV. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD**, 2005.